

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT15.013

A CONSTRUÇÃO DE ARTIGO DE OPINIÃO EM PRÁTICAS DE MULTILETRAMENTO: UM PROTÓTIPO PARA TURMAS DE 2º ANO DO ENSINO MÉDIO

Barbara de Almeida Mayer¹

RESUMO

A multiculturalidade de uma sociedade globalizada e a multimodalidade dos textos através dos quais essas comunidades comunicam-se geram novas demandas para a escola, tanto do ponto de vista da construção de currículos, quanto da proposição de materiais didáticos os quais devem adequar-se às novas demandas dos campos das vidas pública, privada e do trabalho. Diante disso e considerando-se a necessidade da aprendizagem da argumentação no Ensino Médio, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o ensino de usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em práticas discursivas que ampliem os multiletramentos e a capacidade argumentativa de estudantes desse segmento educacional, com vistas para a proposição de um material didático alinhado à pedagogia dos multiletramentos. Para tanto, desenvolvemos a revisão analítica e crítica de estudos sobre os tópicos abordados, recorrendo, principalmente, aos autores: Rojo (2013; 2017a; 2017b; 2020), Cazden et. al. (2021), Nascimento (2015a; 2015b), Fiorin (2022), Anjos (2019), Bakhtin (2016), Brakling (2000), Boff, Koch e Marinello (2009). Como resultado dessa revisão, elaboramos, com base nas sugestões de Rojo (2017; 2020), um protótipo didático de caráter propositivo visando a um trabalho,

1 Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco - PPGL/UFPE, barbara.mayer@ufpe.br e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

para aulas de língua portuguesa, em turmas de 2º ano do Ensino Médio, que contribua para que os estudantes desenvolvam competências demandadas em práticas de multiletramentos de natureza predominantemente argumentativa, em especial na construção do gênero artigo de opinião. A pesquisa concentrou-se na produção do material, sem previsão de aplicação, de modo que sua contribuição reside na proposição de uma estratégia pedagógica fundamentada, que poderá subsidiar futuras práticas em sala de aula.

Palavras-chave: Argumentação; Multiletramento; Protótipo Didático.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que o processo de ensino de língua/ linguagem deve ser apoiado na inserção dos educandos em situações reais de comunicação, entende-se que, especialmente na atualidade, em decorrência da emergência e consolidação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), esse processo partirá, necessariamente, de práticas que envolvam as diferentes formas de produzir e interagir socialmente por intermédio de textos que surgem e têm o uso expandido a partir dessas tecnologias. Isso porque essas peças textuais passam a ser cada vez mais constituídas de uma multiplicidade de semioses e de mídias que operam simultaneamente na construção dos sentidos que veiculam, além de dialogarem com as múltiplas culturas que coexistem nas sociedades globalizadas nas quais circulam.

Diante dessas características, são exigidas habilidades específicas de leitura e produção desses textos que articulam múltiplas linguagens e, por isso, são multimodais, bem como é requerida a incorporação, nos currículos, da multiplicidade de modos culturais de fazer e ser que são característicos do mundo globalizado. Assim, o atendimento a essas demandas caracteriza o que denominamos multiletramentos (Cazden et al, 2021[1996]; Rojo, 2020 [2012]).

Para tanto, a escola precisa pensar em uma nova pedagogia que, integrada às TICs, preparem os alunos para as práticas languageiras contemporâneas. Nesse sentido, faz-se necessário o estudo e o desenvolvimento de materiais didáticos digitais que sirvam às práticas docentes nessa contemporaneidade, propiciando uma aprendizagem interativa, multiletrada e multicultural (Cazden et al, 2021). Dentre as possibilidades de materiais, destaca-se o protótipo didático, uma estrutura digital e interativa que permite a navegação e é desenvolvida de modo a possibilitar que a proposta didática seja adaptável e que a aprendizagem seja construída na colaboração aluno-aluno e professor-aluno (Rojo, 2017; 2013).

Nos documentos que norteiam o ensino, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a importância de incluir as TDICs nas metodologias de ensino das aulas de língua portuguesa e, também, de contemplar as práticas linguísticas que se dão a partir dessas tecnologias é pautada desde os primeiros anos da escolaridade até o ensino médio (Brasil, 2018). A ampliação dessas habilidades linguísticas tem como objetivo, ainda segundo o que apresentam as orientações oficiais, possibilitar que os estudantes se engajem de maneira efetiva nas diversas esferas da vivência social das quais participam, sejam elas relacionadas à cultura, ao mundo do trabalho ou ao exercício da cidadania.

Qualquer um desses contextos terá em comum a exigência de uma prática discursiva alicerçada, essencialmente, na argumentação, atividade inerente às interações sociais cotidianas. Dessa forma, considerando a escola como agência de letramento por excelência, é preciso, também, que haja um trabalho que contribua para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à produção e à análise dos diversos gêneros discursivos nos quais o discurso argumentativo se expressa, de forma a levar os estudantes a serem cidadãos capazes de defender e identificar os diversos pontos de vista presentes nos embates sociais (Nascimento, 2015b).

Além da relevância da capacidade argumentativa para a interação nas diversas esferas da sociedade, o fato de que ela é uma habilidade requerida, através do texto dissertativo-argumentativo, por provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal porta de ingresso no Ensino Superior a nível nacional, eleva a importância de desenvolvê-la e aprimorá-la, principalmente durante os anos finais da escolaridade básica. Para atender essa necessidade, porém, não é produtivo recorrer unicamente à (re)produção de modelos de redações que atingiram nota máxima nas avaliações ou mesmo à escrita desse gênero discursivo, apenas.

Dessa forma, visando diversificar o contato dos alunos com os gêneros predominantemente argumentativos, o presente trabalho centrará sua atenção no artigo de opinião, gênero da esfera jornalística no qual o

autor assume uma posição sobre um assunto atual e polêmico, trazido à tona a partir de um fato ocorrido ou objeto observado. Em função dessa característica, esse gênero permite que sejam levantadas, em sala de aula, temáticas de relevância social, de maneira a ampliar e construir o repertório e a visão de mundo dos alunos, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e éticos.

Vale destacar, ainda, que o desenvolvimento das habilidades de argumentação dos estudantes deve passar também, e sobretudo, pelo estudo a partir da leitura e da interação com textos de gêneros e esferas sociais diversas, que contemplem não só os letramentos tradicionalmente acolhidos pela escola, mas também os multiletramentos, tão presentes nas práticas linguísticas atuais. Isso porque, através dessa articulação, é possível desenvolver, além da capacidade de argumentar, as habilidades de leitura e construção de sentidos a partir das diversas semioses que constituem os textos multimodais.

Assim, diante dessas duas demandas – i.e., a demanda de desenvolver a competência argumentativa e a demanda dos multiletramentos –, essa pesquisa propõe a construção de um protótipo didático para ampliar os multiletramentos e desenvolver as habilidades argumentativas dos estudantes. Além disso, centraliza-se a temática da violência de gênero na política, colocada em evidência, especialmente, nos últimos processos eleitorais brasileiros, como forma de promover um ensino de língua articulado a temáticas de relevância social e engajado na formação de cidadãos participativos e críticos dos eventos que acontecem em seu contexto e das informações às quais têm acesso.

Logo, o objetivo geral deste artigo é refletir sobre o ensino de usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em práticas discursivas que ampliem os multiletramentos e a capacidade argumentativa de estudantes do Ensino Médio. Para isso, busca-se (1) analisar usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em artigos de opinião que demandam práticas de multiletramentos; (2) desenvolver formas de ampliação de competências argumentativas dos estudantes em práti-

cas de linguagem que constituem a sociedade contemporânea na esfera jornalística; (3) investigar estratégias de ensino de língua portuguesa, recorrendo a textos multimodais da cultura midiática para construir um artigo de opinião.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A necessidade de persuadir os outros através da palavra é uma demanda da vida em comunidade, sendo uma habilidade que está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento das práticas sociais de linguagem, tendo em vista que todo uso linguístico se dá dentro de uma dimensão persuasiva e, portanto, argumentativa (cf. Amossy, 2020). Em função disso, ao longo da história, a argumentação foi um ponto de preocupação teórica desde os gregos antigos, mas consolida-se nos estudos acadêmicos principalmente a partir da década de 50 com a publicação de obras como “Os usos do argumento”, de Toulmin, e “O tratado da argumentação: a nova retórica”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, (Nascimento, 2015a).

Ambos escritos são incontornáveis para o estudo da argumentação formal e configuram-se base para o que é produzido até os dias atuais nessa área. Assim, baseando-se sobretudo na segunda obra, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, Fiorin (2022) apresenta os principais tipos de argumentos, incorporando a divisão previamente proposta pelos autores da década de 50. Desse modo, Fiorin ratifica a distribuição dos argumentos segundo quatro classificações, são elas: os argumentos quase lógicos, os argumentos fundamentados na estrutura da realidade, argumentos que fundamentam a estrutura do real e os argumentos por dissociação de noções.²

2 Tendo em vista os objetivos desta pesquisa e a limitação espacial que nos é imposta, não é possível trazer em detalhes as explicações acerca das subcategorias sugeridas pelo autor. Nesse sentido, para um aprofundamento maior, recomendamos a leitura do livro “Argumentação” (2022[2015]), de Luiz José Fiorin.

Dentre esses tipos, nesta pesquisa – e, conseqüentemente, no protótipo – focalizamos 4 categorias de argumentos, os quais são: argumento de autoridade, por evidência, de causalidade e por exemplo. A escolha foi feita considerando-se como critério pesquisas anteriores (Anjos, 2019) que apontam para o fato de que essas quatro categorias são muito usadas na escrita de gêneros da ordem do argumentar, especialmente aquelas realizadas em ambiente escolar.

O primeiro tipo de argumento, o argumento de autoridade, é aquele em que se evoca o discurso de terceiros, normalmente com conhecimento especializado e autoridade – seja em razão do saber, seja em razão do poder advindo de relações hierarquizadas – socialmente reconhecida, para validar um ponto de vista (Fiorin, 2022). O segundo tipo de argumento focalizado é o argumento por evidência ou por fatos, o qual relaciona-se à lógica quantitativa e constrói-se a partir de referências a dados estatísticos divulgados por institutos com credibilidade, na intenção de tornar a ideia defendida irrefutável (Anjos, 2019).

O terceiro é o argumento de causalidade, no qual se defende um ponto de vista a partir do levantamento das possíveis causas de determinado problema, supondo “um encadeamento de fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito” (Fiorin, 2022, p. 159). Por fim, o quarto tipo é o argumento por exemplo, que é aquele que se fundamenta na própria realidade. Nesse caso, a argumentação segue no sentido de trazer casos particulares para a estruturação do seu discurso, com objetivo de reforçar ou validar a ideia que está sendo defendida.

A partir dessas teorizações, é importante refletir acerca da importância do desenvolvimento da competência argumentativa na atualidade, bem como o potencial de fazê-lo por meio do gênero escolhido para essa pesquisa – o artigo de opinião. Essa importância é validada, principalmente, pela sua presença nos documentos oficiais que norteiam o ensino, como a BNCC (Brasil, 2018, p. 9), por exemplo, em que há a definição de dez competências gerais que devem ser desenvolvidas na educação

básica, sendo a oitava delas exclusivamente dedicada à argumentação, tamanha a sua importância.

Apesar desse reconhecimento, o desenvolvimento da competência argumentativa dos estudantes está para além do atendimento àquilo que o currículo prescreve, apenas, sendo muito mais um imperativo imposto pelas formas como interagimos através da linguagem. Isso se dá porque todos os discursos têm, em maior ou menor grau, uma dimensão argumentativa (cf. Amossy, 2020; Fiorin 2022) e, por isso, vão exigir essa habilidade daqueles que participam das interações sociais.

Dessa forma, sendo essa uma prática intrínseca ao uso social da linguagem, a escola precisa propor situações que viabilizem o desenvolvimento dessa capacidade nos estudantes, tanto na oralidade, quanto na escrita, a partir de atividades com os diversos gêneros argumentativos, dentre os quais está o artigo de opinião, posto em foco nesta pesquisa.

Situado no campo jornalístico, esse gênero discursivo vale-se da argumentação para analisar e responder a uma questão controversa, buscando convencer o enunciatário de certo ponto de vista, de modo a influenciá-lo. Para tanto, o articulista que expõe sua opinião precisa refutar os possíveis posicionamentos divergentes e sustentar seu ponto de vista apresentando dados, exemplos, evidências e informações consistentes e relevantes (Brakling, 2000; Boff; Koche; Marinello, 2009).

Do ponto de vista temático, nesses textos, costuma-se discutir um tema atual e relevante de ordem social, política, econômica e/ou cultural (Boff; Koche; Marinello, 2009). Em se tratando de sua estrutura, para que esse texto possa ser escrito, é necessário um problema a ser discutido e, a partir dele, deve ser proposta uma solução ou uma avaliação, em uma discussão em que são expostos os argumentos em defesa do ponto de vista. Essa estrutura não é estanque, mas é recorrente nesse gênero e considerá-la facilita os encaminhamentos didáticos para o processo de ensino-aprendizagem com essa peça textual.

Diante desses aspectos, compreende-se que as potencialidades do trabalho com o artigo de opinião envolvem a possibilidade do aprimo-

ramento de importantes competências e habilidades linguísticas, bem como a proficiência na produção de textos. Além disso, por meio do estudo sistemático do artigo de opinião, é possível concretizar a formação de sujeitos capazes de compreender as realidades sociais de maneira crítica, considerando diferentes pontos de vista e colocando-os em diálogo, comparando-os reflexivamente e, a partir desse movimento, constituindo o seu próprio posicionamento (Brakling, 2000).

Percebe-se, então, que, para ensinar os estudantes a produzir artigos de opinião, para além do desenvolvimento das estratégias linguísticas necessárias, é preciso que haja um conhecimento sobre a temática abordada. No caso do presente trabalho, o tema escolhido para ser discutido é a violência política de gênero, problemática de ordem social, cultural e política que tem tido extrema relevância no Brasil e no mundo, à medida em que cada vez mais mulheres passaram a engajar-se em posições de influência e poder político.

Em decorrência disso, não é raro ver nos noticiários casos de parlamentares, líderes de movimentos políticos e ativistas que são assediadas verbal, física, sexual, psicológica e/ou economicamente nesse âmbito, apenas em função do fato de serem mulheres que ocupam espaços de poder. Assim, a violência política de gênero é controversa porque afeta essas mulheres que estão na política individualmente, mas também porque afeta negativamente os direitos humanos de uma maneira geral e, em última análise, prejudica a manutenção do sistema democrático.

Desse modo, os primeiros passos para encaminhar a sociedade em um sentido de superação dessa problemática são: reconhecê-la, em primeiro lugar, e, em seguida, entender suas origens e discuti-las em espaços públicos e de formação. A escola, naturalmente, é um desses espaços, pois tem a função social de formar cidadãos críticos, atuantes e modificadores de realidade, perspectiva corroborada pela BNCC (2018), a qual propõe o tratamento de temas contemporâneos, como este, de forma transversal e integradora nos currículos.

Além de considerar esses aspectos, para a construção do protótipo é necessário compreender os impactos das mudanças nas estruturas sociais nas formas de interação e comunicação e como isso se reflete nas práticas linguageiras no ambiente escolar. Isso acontece porque, diante de uma sociedade cada vez mais conectada, multicultural e tecnológica, a comunicação constrói-se de maneira a atender essas complexidades, refletindo na intensificação da multiplicidade de semioses associadas nas práticas linguísticas para construir sentido.

Essas alterações na forma de estar e agir no mundo por meio das línguas geram novas demandas de aprendizagem que a escola precisa abarcar. Dessa forma, considerando que o objetivo da educação é “garantir que todos os estudantes se beneficiem da aprendizagem de maneira a lhes permitir a ampla participação nas esferas da vida pública, econômica e comunitária” (Cazden et al, 2021), surgiu a necessidade da postulação de uma pedagogia que desse conta das mudanças que vinham ocorrendo – e que ainda hoje ocorrem – no mundo, para assegurar essa meta.

É nesse cenário que, em 1996, em um manifesto resultante de um colóquio de um grupo de pesquisadores dos letramentos autointitulado Grupo de Nova Londres (GNL), é afirmada pela primeira vez a imprescindibilidade de uma pedagogia dos multiletramentos. Esse termo, cunhado pelo grupo, busca apontar,

por meio do prefixo ‘multi’, para dois elementos que as práticas de letramento contemporâneas envolvem: por um lado, a *multiplicidade de línguas*, semioses e mídias envolvidas na criação de significação e, por outro, a *pluralidade e a diversidade cultural* trazidas pelos autores/leitores contemporâneos a essa criação e significação (Rojo, 2013, p. 14, grifo do autor).

Nesse sentido, a proposta da pedagogia dos multiletramentos sugere que uma educação linguística adequada a esses dois aspectos deve se prestar a formar usuários funcionais da língua, os quais devem ter, não somente a competência técnica necessária para utilizar/participar das novas ferramentas e práticas letradas, mas, sobretudo, ser criadores de

sentido com criticidade que podem transformar as significações e discursos tanto na sua recepção, quanto na sua produção (Rojo, 2020).

Para que isso seja possível, o GNL apresenta alguns princípios/movimentos pedagógicos que devem ser articulados, os quais seriam: a prática situada - entendida como a inserção dos estudantes em práticas significativas, considerando as vivências desse alunado -, a instrução aberta - sistematização e a análise consciente dos gêneros e designs (sistemas semióticos) -, o enquadramento crítico - articulação entre os significados produzidos e os contextos socio-culturais de produção e recepção - e a prática transformada - o redesign, isto é, a recriação de significados em novos contextos (Cazden et al, 2021; Rojo, 2020). Esses elementos não ocorrem de forma necessariamente sequencial, do contrário, eles são fatores que se complementam e se integram de maneira concomitante no ensino de língua/linguagem.

A pedagogia dos multiletramentos se alinha, pois, a um paradigma de aprendizagem interativa (Lemke apud Rojo, 2017b), a qual se baseia na colaboração, na transdisciplinaridade e no acesso à informação, mais do que na imposição da aprendizagem, e designa ao professor um papel de mediador e não transmissor de conhecimentos. Assim, essas mudanças demonstram a nova conduta e mentalidade que decorre desses novos multiletramentos e das novas tecnologias e procedimentos que passam a se tornar objeto de ensino-aprendizagem na educação básica.

Esses elementos impactam no currículo e no tipo de presença que as tecnologias digitais têm na sala de aula. Embora atualmente o uso de alguma tecnologia da informação na sala de aula não seja algo necessariamente raro, especialmente na rede privada de ensino, sabe-se também que esse uso é muitas vezes apenas instrumental, de modo que a tecnologia é posta a serviço das práticas letradas tradicionais, que transmitem um conteúdo sob controle do professor (Rojo, 2017b), como acontece no uso de slides para aulas expositivas, por exemplo.

Considerando esse paradigma de aprendizagem interativa e a perspectiva da pedagogia dos multiletramentos, é preciso que a escola,

acompanhando as mudanças histórico-sociais de tecnologias e das práticas linguísticas, utilize as TDIC de uma forma diversa daquela que vem sendo feita. Diante desse cenário, emerge a discussão acerca do protótipo de ensino, o qual surge como alternativa para trabalhar com as TDIC e os multiletramentos (Rojo, 2017b; 2017a) de forma integrada. Esse instrumento configura-se como “materiais digitais navegáveis (Ebooks, pdf navegáveis) de apoio ao ensino”, uma espécie de “sequência didática para os multiletramentos e novos letramentos”, mas que, diferentemente dessa forma usual de estruturação das aulas, têm uma arquitetônica vazada, isto é, não são completamente preenchidos pelo autor sem levar em conta o contexto de ensino (Rojo, 2017b).

Baseando-se no que Rojo (2017b, p. 212) elabora, são características dos protótipos de ensino: a acessibilidade democrática, tendo em vista que eles devem ficar armazenados em repositórios acessíveis e *on-line* (nas nuvens); a utilização de ferramentas públicas e gratuitas, que sejam de fácil acesso e que permitam a interação colaborativa entre professor-aluno e aluno-aluno; a flexibilidade e adaptabilidade das propostas de acordo com o desejo e a necessidade dos professores e alunos, de modo a garantir o protagonismos destes no processo de ensino-aprendizagem; a estrutura hipertextual, multimidiática e multimodal, que coloca em diálogo as diversas mídias e semioses; a combinação de diferentes coleções culturais, considerando as mais comuns ao alunado e também aquelas já tradicionalmente valorizadas pela escola.

Dessa forma, percebe-se que o protótipo une funcionalidades de um material didático digital navegável a diferentes tipos de objetos digitais e ferramentas disponíveis na Web, sempre em função de princípios pedagógicos e teóricos na formação de estudantes e professores que sejam usuários analíticos e produtores críticos de enunciados. Em função dessas características, eles são uma possibilidade para o atendimento das necessidades educacionais surgidas a partir das novas tecnologias e dos multiletramentos, além de contribuir para a formação dos docentes como didatas, por possuir uma estrutura vazada e dialógica (Rojo, 2017b).

METODOLOGIA

Nossa proposta de trabalho está voltada para análise de significados e interpretações, apresentando, pois, natureza qualitativa. No que se refere ao tipo, consideramos que se trata de uma pesquisa-intervenção, porquanto apresenta uma proposta de ação transformadora de uma realidade social, apesar de não procedermos à aplicação dessa proposta.

Nessa perspectiva, desenvolvemos a revisão analítica e crítica dos estudos teóricos relativos aos multiletramentos, à argumentação e ao gênero artigo de opinião e o seu tratamento na sala de aula para fornecer subsídios teóricos para a construção de um protótipo didático, cf. Rojo (2013; 2017a; 2017b). Para tanto, recorreremos a autores como Rojo (2013; 2017a; 2017b; 2020), Cazden et. al. (2021), Nascimento (2015a; 2015b), Fiorin (2022), Anjos (2019), Bakhtin (2016), Brakling (2000), Boff, Koch e Marinello (2009).

Após a etapa da revisão bibliográfica, houve a definição dos objetivos didáticos do protótipo e dos conteúdos que seriam trabalhados, em função das competências e habilidades que deveriam ser desenvolvidas nos estudantes. Posteriormente, realizamos a curadoria de textos para compor o protótipo, considerando critérios de relação com a temática escolhida, atualidade, relevância e pertinência à abordagem dos multiletramentos, da argumentação e da construção de artigos de opinião. Além disso, considerou-se, ainda, o critério de facilidade de acesso desse material pela internet.

Procedemos, então, para a esquematização do protótipo, à divisão dos textos selecionados em 4 unidades para garantir a coesão e a progressão temática da abordagem. Após isso, produzimos as atividades que comporiam cada unidade, buscando sempre explorar as potencialidades de um material construído e utilizado *on-line*, por meio da utilização de recursos multimidiáticos, hiperlinks, códigos QR, ferramentas colaborativas etc. Paralelamente ao fortalecimento dos multiletramentos desses alunos, também propusemos atividades mais tradicionais, no sentido de

abordar, também, aquilo que os letramentos convencionalmente escolares contemplam.

Na etapa seguinte, pesquisamos acerca das ferramentas digitais disponíveis para a elaboração do protótipo e selecionamos o Canva em função da familiaridade com a plataforma e da quantidade de recursos gráficos de que ela dispõe, os quais facilitariam a construção do material. Após isso, construímos o projeto gráfico (layout) do protótipo didático, diagramamos e disponibilizamos em um pdf clicável, em link público do Google Drive. Além disso, fizemos, ainda, uma versão do professor, com os espelhos das atividades e com acréscimos de sugestões, outras possibilidades e direcionamentos para a utilização do protótipo e das ferramentas necessárias para a execução das atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material produzido a partir desta pesquisa foi um protótipo denominado “Para aprender os usos da língua: argumentação na construção de artigos de opinião”³ cujo princípio é levar os estudantes à interação com gêneros discursivos multimodais e multimidiáticos diversos, com vistas para o desenvolvimento da habilidade de leitura e análise crítica desses textos, bem como da competência argumentativa.

Dessa forma, os objetivos de aprendizagem que nortearam a construção desse protótipo são: (1) identificar e compreender a problemática da violência política de gênero, estabelecendo relações com aspectos sócio-histórico-culturais; (2) realizar uma leitura crítica das peças textuais as quais têm acesso; (3) compreender textos multimodais, articulando as múltiplas semioses na construção dos seus sentidos; (4) produzir um texto opinativo, articulando adequadamente pontos de vista e argumentos que os sustentem.

3 O Protótipo Didático, tanto na versão do estudante, como na versão do(a) professor(a) pode ser acessado no link: <https://drive.google.com/drive/folders/13tSq57xekP8on41JQ7SUu8f-d9W3J2cDE?usp=sharin> ,

Para tanto, recorreremos à divisão do material em 4 unidades: “Desigualdade de gênero (na política)”; “Para quê e como argumentar?”; “Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião” e “Colocando a mão na massa”. Além disso, cada uma dessas três primeiras unidades se divide em mais 3 seções, com atividades que trabalham a leitura, a produção textual, a oralidade e a análise linguística, enquanto a última apresenta a proposta de produção final. Há, ainda, uma seção final de anexo, onde consta, na íntegra, os textos utilizados nas atividades, para o caso destes serem retirados do ambiente *on-line*.

Todas as atividades previstas são construídas em torno de um eixo temático específico: a violência política de gênero, e se sucedem de modo a criar uma sequência lógica – com começo, meio e fim – e gradual, apresentando os conteúdos de maneira cadenciada. Além disso, vale ressaltar que, apesar dos objetivos e das atividades predefinidas, na condição de protótipo didático, todo esse material pode e deve ser alterado pelo(a) professor(a), de acordo com o que for necessário diante das especificidades da turma, do currículo seguido, dos conteúdos abordados etc.

Assim, na primeira unidade, intitulada “Desigualdade de gênero (na política)”, há a introdução da temática, com uma focalização maior na promoção de discussões acerca do papel social da mulher e da ausência de igualdade nas relações sociais estruturadas em uma lógica patriarcal. A partir disso, há uma progressão para um tratamento mais específico de como essas desigualdades funcionam no ambiente do poder público, isto é, na política, através de um texto explicativo e de uma atividade que trabalha a leitura de imagens.

Dessa forma, recorreremos, na primeira seção da unidade, “O lugar da mulher na história: donas de casa?”, a uma atividade (Figura 1) com uma peça publicitária dos anos 50, para refletir sobre a construção e o reforço do lugar de dona de casa em que se coloca o feminino. Para tanto, há uma reflexão acerca da construção desse texto e como, através da integração de várias linguagens, ele fortalece um imaginário machista.

Em seguida, é apresentada uma releitura desse mesmo texto, feita anos mais tarde, em 2019, que, de maneira provocativa, inverte esses papéis, colocando o homem na posição de subserviência em relação à mulher. Desse modo, é possível tecer discussões acerca do processo de naturalização dos papéis de gêneros que a primeira peça reforçava.

Para finalizar a seção e possibilitar uma conexão com a parte seguinte, promovemos uma reflexão a partir da personagem Amélia, da canção “Desconstruindo Amélia” de Pitty, tendo em vista que ela é uma figura feminina que consegue se libertar das imposições sociais que a restringem ao espaço privado de cuidados da casa, dos filhos etc. Após essa reflexão, inicia-se a segunda seção da unidade, “O lugar da mulher na história: de casa aos espaços públicos”.

Figura 1 – Exemplo de atividade da primeira unidade (versão do professor)

UNIDADE 1 -
DESGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

**O lugar da mulher na história:
donas de casa?**

Abaixo encontra-se uma propaganda que circulava na década de 1950 de uma marca de roupas masculinas. Observe os elementos que a constituem e discuta:

FIGURA 1 - Propaganda de 1950



Disponível em: <https://www.estrategia.com.br/propaganda-antiga-1950s-1960s-1970s/>

Mostre a ela que o mundo é dos homens!

1. Como a imagem feminina é construída nessas peças publicitárias? E a imagem masculina?
2. Qual a implicação social disso?
3. Quais são as funções atribuídas às mulheres? E aos homens?
4. Propagandas como essa refletem valores de um determinado contexto social, histórico e cultural. Esses valores ainda reverberam na nossa sociedade? Como?

O mundo é dos homens!

Respostas possíveis:

1. A mulher aparece de joelhos, sorridente e servindo ao homem que está deitado e confortável, remetendo à subserviência e a delegação da função de cuidado à mulher. O homem, por outro lado, aparece sentado em uma cama, coberto e em uma pose que demonstra conforto e superioridade, tendo em vista que ele nem mesmo dirige o olhar para a mulher que lhe serve.
2. Essa peça publicitária reforça o estereótipo de que a mulher tem que servir ao homem.
3. A figura feminina, fica atribuída a função de cuidado da casa e do marido (observando que ela está de roupa, o que indica que é uma figura que fica restrita ao ambiente doméstico). Ao homem, fica atribuída a função de realizar o trabalho externo à casa para prover dinheiro, alimento, segurança etc (observando que ele está com roupa social, o que pode denotar que chegou ou que está indo ao trabalho).
4. Sim. Os valores de uma sociedade patriarcal ainda reverberam e podemos percebê-lo, por exemplo, nas diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo ou nos altos índices de violência doméstica contra a mulher.

01

Fonte: A autora

Na segunda parte da unidade 1, propõem-se uma atividade de pesquisa (Figura 2) que visa valorizar o (re)conhecimento da cultura local e incentivar a formação de alunos-pesquisadores. Após a pesquisa, é indi-

cada, ainda, a construção de um painel no *Padlet*, para divulgar para a comunidade escolar as informações coletadas e organizadas pelos alunos. Além disso, essa seção apresenta um texto explicativo, no qual são tecidas reflexões sobre o conceito da violência política de gênero e o que ele abarca

Figura 2 – Exemplo de atividade de pesquisa unidade 1 (versão do professor)



UNIDADE 1: DESIGUALDADE DE GÊNERO (NA POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: de casa aos espaços públicos

Aqui no Brasil, as mulheres começaram a ter direitos políticos a partir do ano de 1932, quando conquistaram o direito de votar e de serem votadas. Essa conquista só pôde acontecer com a luta de muitas mulheres espalhadas pelo país que, dentro das suas possibilidades, mobilizaram os recursos que tinham em prol dessa causa. Você conhece alguma dessas mulheres? que tal conhecê-las?

Assim, esse código QR para ser direcionado para o site TSE Mulheres, no qual você poderá acessar informações e dados sobre a participação feminina na política brasileira.

ut, Equi... suscipiat pulcherrimam vitam. Vel prolium lecta genus exultantem matris parit in felle alio

Pesquisando na net

Em grupos de 3 ou 4 alunos, pesquise se na sua cidade/estado/região do Brasil há mulheres que lutaram/lutam pelos direitos políticos femininos e procure o nome dessas mulheres, suas histórias, quais atividades desempenham e como impactaram o cenário dessa luta. Com os resultados da sua pesquisa em mãos, junte-se aos colegas e construam coletivamente um **painel no Padlet** com as informações sobre essas importantes figuras femininas locais. Compartilhe esse painel no site da escola e/ou crie um código QR e cole em locais estratégicos na sua escola para que mais pessoas possam conhecer essas mulheres!

Fonte: A autora.

A última seção da unidade, “Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro”, por sua vez, propõe uma atividade a partir de duas capas de edições da revista Istoé (Figura 3), uma de 2016 e outra de 2019, de modo a propiciar uma discussão acerca da forma como essas capas foram construídas e uma reflexão sobre como as diferentes valorações podem se constituir como um ato de violência política de gênero.

Figura 3 – Exemplo de atividade de análise de capa de revista

UNIDADE 3:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro

Um exemplo brasileiro...

Em 2010, mais de 70 anos após a conquista dos direitos políticos plenos - isto é, dos direitos de votar e de se candidatar a cargos públicos - a primeira mulher chegou à presidência do Brasil. Dilma Rousseff foi, ainda, reeleita em 2014, com 51,64% das urnas no segundo turno. Durante seus mandatos, Dilma foi vítima de ataques misóginos e de violência política de gênero de diversas formas diferentes, culminando, inclusive, na sua destituição, realizada, como foi provado posteriormente, sem fundamento legal.

Observe e faça a leitura das duas capas de revista a seguir, a primeira é de 2016, veiculada durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma, e a segunda, de 2019, veiculada durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro:



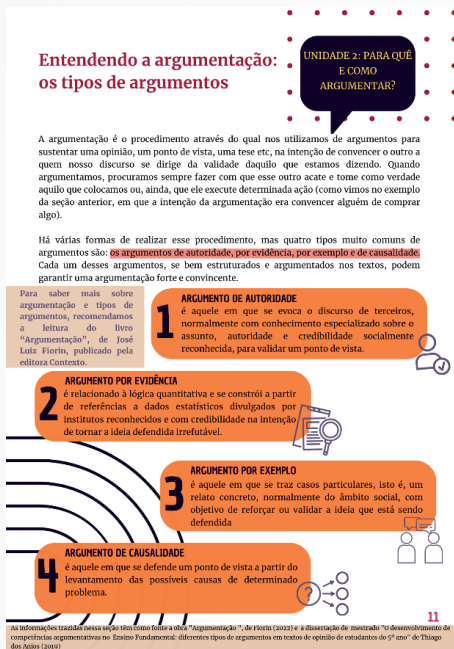

Fonte: A autora.

Na segunda unidade do protótipo, “Para quê e como argumentar?”, focalizamos o estudo desse recurso discursivo a partir de atividades com textos que propõem que os estudantes compreendam como os argumentos funcionam e os efeitos de sentido que podem causar quando bem articulados. Há, ainda, uma proposta de estudo mais aprofundado acerca do que é a argumentação (Figura 4) e a apresentação dos quatro tipos de argumentos a serem utilizados na construção do texto final.

A partir disso, a primeira seção “Convencendo pela linguagem”, inicia-se com a apresentação de uma atividade acerca do uso da linguagem para o convencimento por meio da argumentação. Para tanto, recorre-se à leitura e análise crítica de um *publipost*, tipo de publicidade comum nas redes sociais e, por isso, familiar para o alunado. Em seguida, há um texto explicativo em que se traz, explicitamente, instruções sobre a argumentação e sobre quatro tipos de argumentos principais para o desenvolvimento de uma peça textual opinativa. Na última parte da unidade, desenvolve-se uma atividade com um artigo de opinião retirado do site do jornal

Estado de Minas a partir do qual se desenvolve um estudo de como os argumentos apresentados funcionam em um texto em prol da defesa do ponto de vista da autora.

Figura 4 – Texto explicativo sobre argumentação na versão do professor



Entendendo a argumentação: os tipos de argumentos

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?

A argumentação é o procedimento através do qual nos utilizamos de argumentos para sustentar uma opinião, um ponto de vista, uma tese etc, na intenção de convencer o outro a quem nosso discurso se dirige da validade daquilo que estamos dizendo. Quando argumentamos, procuramos sempre fazer com que esse outro acate e tome como verdade aquilo que colocamos ou, ainda, que ele execute determinada ação (como vimos no exemplo da seção anterior, em que a intenção da argumentação era convencer alguém de comprar algo).

Há várias formas de realizar esse procedimento, mas quatro tipos muito comuns de argumentos são: **os argumentos de autoridade, por evidência, por exemplo e de causalidade**. Cada um desses argumentos, se bem estruturados e argumentados nos textos, podem garantir uma argumentação forte e convincente.

Para saber mais sobre argumentação e tipos de argumentos, recomendamos a leitura do livro "Argumentação", de José Luiz Fiorin, publicado pela editora Contexto.

- 1 ARGUMENTO DE AUTORIDADE**
é aquele em que se evoca o discurso de terceiros, normalmente com conhecimento especializado sobre o assunto, autoridade e credibilidade socialmente reconhecida, para validar um ponto de vista.
- 2 ARGUMENTO POR EVIDÊNCIA**
é relacionado à lógica quantitativa e se constrói a partir de referências a dados estatísticos divulgados por institutos reconhecidos e com credibilidade na intenção de tornar a ideia defendida irrefutável.
- 3 ARGUMENTO POR EXEMPLO**
é aquele em que se traz casos particulares. Isto é, um relato concreto, normalmente do âmbito social, com objetivo de reforçar ou validar a ideia que está sendo defendida.
- 4 ARGUMENTO DE CAUSALIDADE**
é aquele em que se defende um ponto de vista a partir do levantamento das possíveis causas de determinado problema.

As informações tratadas nessa seção têm como fonte a obra "Argumentação", de Fiorin (2022) e a ilustração de inspiração "O desenvolvimento de competências argumentativas no Ensino Fundamental: diferentes tipos de argumentos em textos de opinião de estudantes do 9º ano" de Thiago dos Anjos (2019).

Fonte: A autora.

A unidade 3 tem como título “Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião” e é dedicada ao estudo do gênero artigo de opinião para instrumentalizar os alunos, familiarizando-os com o gênero que será pedido no momento da produção final. Assim, na primeira seção “Opinião X Fato”, os estudantes são levados a refletir sobre as diferenças entre esses dois elementos, por meio de uma notícia e, em seguida, das opiniões emitidas acerca do tema tratado nela. Assim, recorrendo à análise de opiniões contrárias e diversas, pretende-se que seja fomentado o respeito e a valorização do ponto de vista do outro e, paralelamente, a tomada de posição a partir da análise crítica dos fatos e das opiniões apresentadas.

Após essas atividades, há ainda uma outra na qual se propõe um estudo acerca do artigo de opinião (Figura 5), na intenção de levar os alunos a observar suas características do ponto de vista do conteúdo temático, do estilo e da construção composicional, a fim de identificar as peculiaridades desse gênero e possibilitar que eles consigam produzir seus próprios artigos de opinião. Há, ainda, na versão do protótipo destinada ao professor, uma recomendação de que haja um momento de instrução aberta, isto é, um trabalho mais explícito e metalinguístico envolvendo a sistematização e o entendimento consciente acerca desse gênero discursivo.

Figura 5 – Exemplo de atividade da unidade 3 sobre artigo de opinião (versão do professor)



UNIDADE 3: Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião

O artigo de opinião

Quase sempre temos o que dizer acerca das coisas que acontecem ao nosso redor. Nesse sentido, quando precisamos nos comunicar de modo a nos posicionar, expor e defender nosso ponto de vista para convencer o outro sobre a sua validade, nós podemos recorrer a uma construção textual específica: o **artigo de opinião**.

Observe um exemplar desse gênero, postado no site da revista Carta Capital, através do link na imagem abaixo ou do código QR.

[CartaCapital](#)
Violência política contra as mulheres

1. A partir da leitura desse texto, qual a opinião da autora acerca do tema?
 2. Por que a presença de mulheres na política gera incômodo?
 3. Logo no início do texto, a autora afirma que o Brasil é uma “zona de guerra para mulheres”. De que ela se utiliza para sustentar essa afirmação? Qual o efeito de sentido que esse recurso causa?
 4. Ao longo do texto, ela cita diversos exemplos de casos reais de violência política de gênero. A que esses exemplos se prestam? Eles fortalecem a defesa do ponto de vista dela? De que forma?
 5. No final do texto, a autora afirma que a violência política de gênero afeta e dilacera a democracia como um todo. Por que ela afirma isso? Você concorda com essa afirmação?
 6. Na página do site, após o texto, há a apresentação da autora. Quais informações são trazidas? Qual a função de apresentá-las?

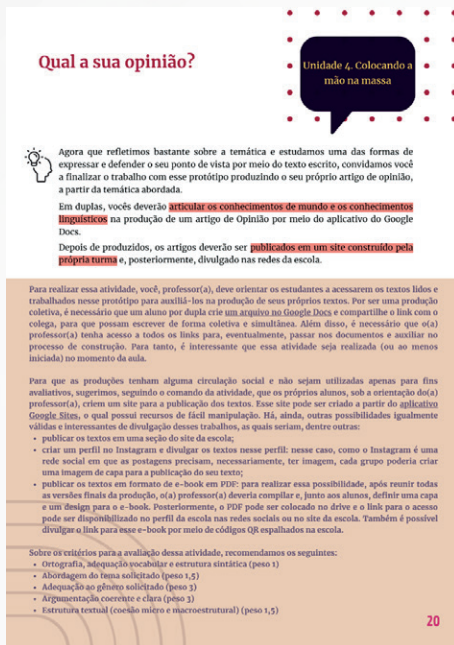
18

Fonte: A autora.

Por fim, a quarta e última unidade, “Colocando a mão na massa”, apresenta a proposta de produção final e, ainda, na versão do professor, indica critérios de avaliação sugeridos e outras possibilidades de encaminhamento dessa atividade, que envolvem a recomendação de possibilitar que os textos escritos pelos estudantes tenham circulação social, por

meio da divulgação para a comunidade escolar e a publicação *on-line* (Figura 6).

Figura 6 – Orientações para atividade final (versão do professor)



Qual a sua opinião?

Unidade 4. Colocando a mão na massa

Agora que refletimos bastante sobre a temática e estudamos uma das formas de expressar e defender o seu ponto de vista por meio do texto escrito, convidamos você a finalizar o trabalho com esse protótipo produzindo o seu próprio artigo de opinião, a partir da temática abordada.

Em duplas, vocês deverão **articular os conhecimentos de mundo e os conhecimentos linguísticos** na produção de um artigo de Opinião por meio do aplicativo do Google Docs.

Depois de produzidos, os artigos deverão ser **publicados em um site construído pela própria turma** e, posteriormente, divulgado nas redes da escola.

Para realizar essa atividade, você, professor(a), deve orientar os estudantes a acessarem os textos lidos e trabalhados nesse protótipo para auxiliá-los na produção de seus próprios textos. Por ser uma produção coletiva, é necessário que um aluno por dupla crie um arquivo no Google Docs e compartilhe o link com o colega, para que possam escrever de forma coletiva e simultânea. Além disso, é necessário que o(a) professor(a) tenha acesso a todos os links para, eventualmente, passar nos documentos e auxiliar no processo de construção. Para tanto, é interessante que essa atividade seja realizada (ou ao menos iniciada) no momento da aula.

Para que as produções tenham alguma circulação social e não sejam utilizadas apenas para fins avaliativos, sugerimos, seguindo o comando da atividade, que os próprios alunos, sob a orientação do(a) professor(a), criem um site para a publicação dos textos. Esse site pode ser criado a partir do aplicativo Google Sites, o qual possui recursos de fácil manipulação. Há, ainda, outras possibilidades igualmente válidas e interessantes de divulgação desses trabalhos, as quais seriam, dentre outras:

- publicar os textos em uma seção do site da escola;
- criar um perfil no Instagram e divulgar os textos nesse perfil; nesse caso, como o Instagram é uma rede social em que as postagens precisam, necessariamente, ter imagem, cada grupo poderia criar uma imagem de capa para a publicação do seu texto;
- publicar os textos em formato de e-book em PDF; para realizar essa possibilidade, após reunir todas as versões finais da produção, o(a) professor(a) deveria compilar e, junto aos alunos, definir uma capa e um design para o e-book. Posteriormente, o PDF pode ser colocado no drive e o link para o acesso pode ser disponibilizado no perfil da escola nas redes sociais ou no site da escola. Também é possível divulgar o link para esse e-book por meio de códigos QR espalhados na escola.

Sobre os critérios para a avaliação dessa atividade, recomendamos os seguintes:

- Ortografia, adequação vocabular e estrutura sintática (peso 1)
- Abordagem do tema solicitado (peso 1,5)
- Adequação ao gênero solicitado (peso 3)
- Argumentação coerente e clara (peso 3)
- Estrutura textual (coesão micro e macroestrutural) (peso 1,5)

20

Fonte: A autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância do domínio da competência argumentativa para as interações sociais nos campos da vida pública, privada e profissional, as quais se dão de formas cada vez mais multimodais e multimidiáticas, entende-se a necessidade de pesquisas que se prestem a refletir acerca desses processos, com vistas à potencialização de propostas e perspectivas de abordagem desses aspectos na escola, principal instituição responsável pelo letramento e pela formação cidadã.

É nesse contexto que esta pesquisa se coloca e propõe uma reflexão acerca do ensino de usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em práticas discursivas que ampliem os multiletramentos e a capacidade argumentativa dos estudantes do Ensino Médio. Para tanto,

recorremos à escolha de um gênero argumentativo prototípico e tradicionalmente abordado na escolaridade básica, o artigo de opinião, a partir do qual analisamos os modos de funcionamento da linguagem no que tange à argumentação para, assim, desenvolver formas de ampliação da competência argumentativa dos estudantes em práticas de linguagem que constituem a sociedade contemporânea na esfera jornalística, tanto a partir desse gênero, quanto a partir de outros.

Para realizar isso, recorremos à proposição de um protótipo didático que abarca o trabalho com os multiletramentos e com a argumentação, utilizando textos multimodais da cultura midiática. Assim, esperamos contribuir com subsídios didáticos para que os professores, sejam da rede privada ou da rede pública de ensino, possam complementar o trabalho por eles já realizado. Esse material didático é pensado de modo a servir como uma alternativa mais acessível, atualizada e moldável que os usuais livros didáticos, destacando-se por ser uma ótima ferramenta de integração das TDIC e do desenvolvimento dos multiletramentos.

Apesar da intenção de tornar a proposta o mais exequível possível, por meio da opção pela produção de atividades que, ao mesmo tempo em que fossem multimodais e articulassem mídias diversificadas, também utilizassem, por outro lado, recursos de fácil acesso e operação, é preciso reconhecer que a utilização de protótipos nas salas de aula brasileiras esbarra em algumas limitações, especialmente de ordem estrutural. Sabemos que, por mais que as TDIC estejam cada vez mais atreladas às atividades cotidianas, elas ainda estão longe de integrar de maneira efetiva a rotina das escolas brasileiras, sobretudo no contexto da educação pública, o que acontece em função de fatores diversos, de ordem política, econômica e social.

Nesse sentido, solucionar esse problema é um desafio multidisciplinar que perpassa, principalmente, a participação ativa das instâncias governamentais por meio da criação, implementação e expansão de políticas públicas efetivas. A nós, docentes pesquisadores, cabe, porém, a produção de materiais como o proposto neste trabalho, tendo em vista que ter

à disposição materiais de qualidade que demandem a presença das tecnologias na escola pode ser, também, uma forma de pôr em relevância a necessidade de investir e implementar as TDIC na educação.

REFERÊNCIAS

ANJOS, T. B. **O desenvolvimento de competências argumentativas no ensino fundamental**: diferentes tipos de argumentos em textos de opinião de estudantes do 5º ano. Orientadora: Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento. 2019. 118p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, Departamento de Letras, Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2019.

AMOSSY, R. A dimensão argumentativa do discurso: questões teóricas e práticas. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. (org.). **Texto, discurso e argumentação**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 71-96.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRACKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re)significação do outro. In: ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula**: praticando os PCN. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

BOFF, O. M. B.; KOCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=15> Acesso em: 25 fev. 2023.

CAZDEN et al. **Uma pedagogia dos multiletramentos**: desenhando futuros sociais. Org. Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto et al.). Belo Horizonte: LED, 2021.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, M. R. V. S. **A construção do sentido em dissertações argumentativas:** ressignificando a produção escrita no ensino médio. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 291p. 2015a.

NASCIMENTO, M. R. V. S. **Argumentação no ensino médio:** a construção da dissertação argumentativa. Recife: Pipa Comunicação, 2015b.

ROJO, R. Entre Plataformas, ODAs e Protótipos: Novos multiletramentos em tempos de WEB2. **The ESpecialist**, [S. l.], v. 38, n. 1, 2017a. DOI: 10.23925/2318-7115.2017v38i1a2. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/32219>. Acesso em: 25 fev. 2023.

ROJO, R H R (Org.) **Escol@ conectad@:** os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 13-36

ROJO, R. Novos multiletramentos e protótipos de ensino: por um web-currículo. In: CORDEIRO, G. S.; BARROS, E. M. D.; GONÇALVES, A. V. **Letramentos, objetos e instrumentos de ensino: gêneros textuais, sequências e gestos didáticos.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2017b.

ROJO, R. **Pedagogia dos multiletramentos.** In: ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, p. 11-31, 2020.

SANÍN, J. R.; KROOK, M. L. Género y violencia política en América Latina: conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, Cidade do México, v. 23, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.politicaygobierno.cide.edu/index.php/pyg/article/view/737>. Acesso em: 25 mar. 2023.